



NOTA PÚBLICA

sobre tratamento precoce da covid-19

A ABRASBUco, Associação Brasileira de Saúde Bucal Coletiva, entidade não governamental, de caráter científico e cultural, sem fins lucrativos nem caráter político-partidário, que congrega em todo o país profissionais de saúde bucal vinculados direta ou indiretamente ao Sistema Único de Saúde (SUS), e cuja missão é lutar pela formulação e implementação de políticas públicas que elevem a qualidade da saúde bucal da população brasileira, por meio da promoção da saúde integral, desenvolvendo e apoiando ações que visem melhorar a qualidade de vida em uma sociedade solidária, democrática e livre, torna pública sua posição sobre o denominado “tratamento precoce” da covid-19 (Coronavirus Disease 2019), causada pelo vírus SARS-CoV-2 (Coronavírus da Síndrome Respiratória Aguda Grave 2), tendo em vista sua missão e os valores que regem sua atuação, com a finalidade de esclarecer a sociedade e, também, profissionais e estudantes que se sentem representados pela entidade.

Para realizar sua missão, a ABRASBUco interage permanentemente com instituições públicas, entidades congêneres, associações científicas e movimentos sociais, promovendo e participando de discussões sobre problemas de saúde, divulgando experiências, estudos teórico-metodológicos e epidemiológicos e outros conhecimentos e práticas sociais, sempre valorizando a integração entre a universidade, os serviços públicos de saúde e as organizações comunitárias, buscando soluções integradas num processo democrático de construção de boas práticas de saúde, em conformidade com as necessidades da população brasileira.

Esta *Nota Pública* decorre do fato de persistir, no meio odontológico, a circulação de recomendações sobre a possibilidade de “tratamento precoce” da covid-19, em um contexto marcado pelo descontrole da pandemia em nosso país, a insuficiência de vacinas para prevenir a enfermidade, denúncias de corrupção envolvendo recursos públicos destinados ao SUS e pela instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) no Senado Federal.

Embora a ABRASBUco não tenha vinculações partidárias, reconhecemo-nos como uma Associação que, ao agir em defesa de “políticas públicas que elevem a qualidade da saúde bucal”, não poderia fazê-lo sem assumir que, ao lado da fundamentação científica, cujas evidências devem balizar nossas ações, também princípios políticos nos orientam, como os sumarizados na expressão “sociedade

solidária, democrática e livre”. Assim, ciência e política são, para a ABRASBUCO, inseparáveis.

Isto posto, consideramos que, por suas ações e omissões, o atual governo federal, chefiado por Jair Messias Bolsonaro, não vem demonstrando qualquer compromisso com uma sociedade solidária e, adotando uma postura agressiva com relação às instituições democráticas, vem cerceando o exercício da liberdade de expressão, ao ameaçar jornalistas e tentar calar os que se opõem às ações antipopulares que busca implementar, nas áreas social e econômica.

Uma dessas ações é o que se vem denominando de “tratamento precoce” da covid-19, constituído por um conjunto de fármacos produzidos com outros fins terapêuticos e para os quais, até o momento, não foram produzidas evidências científicas de eficácia para a covid-19. Embora seja prematuro falar em evidências científicas de elevado nível, portanto robustas, em que o uso de hidroxiquina esteja associado com malefícios à saúde, estão disponíveis estudos que concluíram desse modo, em sentido, portanto, diametralmente oposto aos alegados pelos defensores desse estranho “tratamento”. Também a eficácia da ivermectina no tratamento de covid-19 tem sido cogitada, embora sem comprovação de sua eficácia terapêutica.

A esse respeito, cabe reiterar que as recomendações de especialistas, pesquisadores e instituições internacionais com reconhecida credibilidade científica confluem, até o momento, para a conclusão da ineficácia terapêutica de hidroxiquina e da ivermectina no tratamento da covid-19. Esta é, também, a posição da Organização Mundial da Saúde (OMS). Porém, profissionais de odontologia, e de outras áreas da saúde, seguem recomendando o “tratamento precoce”, com base apenas em crenças pessoais e recomendações de pessoas sem qualificação para opinar sobre o assunto, como é o caso do presidente da República. O mais grave, no entanto, e que motiva esta *Nota Pública*, é que esses profissionais o fazem sob evidente alinhamento político-ideológico com o atual governo federal. Além disso, invertendo as coisas, argumentam acusando o pensamento divergente de ser, ele sim, “político-ideológico”. Ao reivindicar o direito de “liberdade de prescrição”, contra a ciência, deformam esse princípio clínico, uma vez que tal liberdade funda-se em bases científicas e no devido respeito às culturas de cura de povos tradicionais, como indígenas e quilombolas. Egressos de cursos de graduação da área da saúde não gozam do direito irrestrito de prescrever e de fazerem “o que quiserem”, pois tais direitos são regulados e, portanto, atualizados pelos códigos deontológicos e os princípios éticos, os quais, como se sabe, incorporam gradativamente as conquistas

da ciência e da tecnologia. Se até meados do século XX era compreensível, por exemplo, que alguns pneumologistas seguissem recomendando a prática do tabagismo como algo válido e benéfico para os pulmões, é evidente que, no início do século XXI, tal recomendação é inaceitável. Sua tolerância, em contextos sociais específicos, não corresponde a recomendar essa prática.

Nesse período da pandemia de covid-19 temos visto, também no Brasil, que pessoas altamente qualificadas em termos educacionais reiteram o negacionismo apregoado por autoridades públicas e mesmo por líderes religiosos, e negam o óbvio, como dentre outras práticas, a necessidade do distanciamento físico, do uso de máscaras e até da lavagem das mãos. As máscaras foram transformadas por essas pessoas, de modo estapafúrdio e absurdo, em uma espécie de marcador ideológico.

Certamente não é o desconhecimento da ciência que motiva essas pessoas, pois muitos são, inclusive, pesquisadores e docentes universitários. Por que, então, negam o conhecimento científico? Por que se sentem ameaçados em sua condição social? Por que agem de modo socialmente irresponsável, contribuindo deliberadamente para disseminar uma enfermidade que mata indiscriminadamente?

Não há respostas simples, mas é simplesmente impossível não reagir às consequências dessas ações.

A ABRASBUco não se cala e conclama todas e todos a lutarem, como puderem, contra posicionamentos que pretendam negar a ciência e que, invertendo o seu sentido de modo hipócrita, seguem reafirmando o que ela vem negando. Ao ignorar milhões de doentes e quase meio milhão de mortos, insultam a memória dos mortos, agridem familiares e amigos e, acintosamente, falam em liberdade e democracia para justificar a violência que cometem.

*POR VACINAS PARA TODOS!
VIVA O SUS!
PELO DIREITO À SAÚDE BUCAL!*

Brasília, DF, 3 de maio de 2021
Ano 33 da criação do SUS